



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 13 | Nº. 25 | Jul./Dez. de 2021

Carla Daniela Alves Rodrigues

Secretaria de Educação / SEDUC-PI.

dannyellyrodrigues@gmail.com

DO LAR AO LABOR: discursos e representações¹ sobre o lugar social da mulher teresinense.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os discursos divulgados na sociedade teresinense na década de 1950, os quais visavam reafirmar os papéis sociais da mulher de esposa, mãe e dona de casa, tendo em vista a crescente participação de mulheres no mercado de trabalho nesse período. Utilizamos como recurso metodológico os jornais que circulavam em Teresina, além da pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Mulher. Discurso. Representações.

FROM HOME TO LABOR: speeches and representations about the social place of the teresinense woman.

ABSTRACT

The article aims to analyze the discourses disseminated in the society of Teresina in the 1950s, aiming to reaffirm the social roles of women as wife, mother and housewife. Bearing in mind the growing female participation in the labor market during this period. We used as a methodological resource the newspapers that circulated in Teresina, in addition to bibliographical research.

Keywords: Woman. Speech. Representations.

¹ Na perspectiva de Roger Chartier (1988), as representações do mundo social são construídas e sempre determinadas pelos interesses de diferentes

grupos. Nesse sentido, as percepções do social não são discursos neutros.

Introdução

O contexto da década de 1950 propiciou novas perspectivas de trabalho e atuação para as mulheres, resultado de uma intensificação da urbanização e industrialização, porém, percebe-se nesses anos a presença constante de diferentes discursos que visavam redirecionar as mulheres para o espaço privado e para os papéis de esposa, mãe e dona-de-casa.

Teresina foi palco nos anos de 1950 desses discursos de reafirmação dos papéis tradicionais femininos. Os jornais que circulavam na época representavam um dos veículos transmissores da ideia de que o lar é o verdadeiro espaço da realização de uma mulher, sendo comum encontrar nos jornais colunas femininas escritas por mulheres com a intitulação de *Conselhos para o lar*, *Especial para a mulher* e *No mundo da moda*. Páginas destinadas às leitoras que buscavam com essas colunas aprender a serem mais femininas, visto que “[...] a mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais - ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura. [...]” (BASSANEZI, 2000, p. 608).

As colunas femininas eram assinadas por mulheres como Graciela Elizalde e Josefina Mendonza². Essas colunas buscavam disciplinarizar o comportamento feminino, com conselhos que direcionavam a mulher para o espaço privado. Contudo, o fato dessas colunas serem escritas por mulheres, trouxe ao nosso estudo algumas inquietações. Essas mulheres acreditavam nesses padrões de comportamento? O espaço jornalístico só permitia esse tipo de “texto” às mulheres? Ou talvez a participação de mulheres como autoras de tais colunas fosse parte de uma estratégia discursiva, pois condutas prescritas por mulheres possivelmente seriam mais facilmente aceitas pelas mulheres e pela sociedade.

As colunistas, no exercício de sua função, davam dicas de moda, beleza, culinária e decoração da casa, informações que deveriam estar presentes na vida de toda mulher

² Graciela Elizalde e Josefina Mendonza eram jornalistas da *Globe Press*, jornal cuja sede estava situada nos Estados Unidos. As colunas *Conselhos para o lar*, *Especial para a mulher* e *No mundo da moda*, escritas por essas jornalistas, circulavam nos jornais do Piauí, isso sugere ao nosso estudo que as brasileiras, especialmente as piauienses sofriam influência do modelo de mulher divulgado em outros países, ou seja, quem transmitia os conselhos para o público feminino de classe média e alta de Teresina não eram mulheres brasileiras que viviam as mesmas condições econômicas, sociais e culturais, mas mulheres com realidades características de outras regiões. Os meios de comunicação foram utilizados, dessa forma, para reforçar o papel da mulher de esposa, mãe e dona de casa, um modelo que na concepção dos dirigentes dos jornais era natural e universal. Além disso, essas colunas femininas evidenciam a repercussão no Piauí da campanha realizada nos Estados Unidos no período pós-guerra, em favor do retorno das mulheres ao lar e aos papéis tradicionais femininos.

que assumia o papel de mãe, esposa e dona-de-casa. Logo saber cozinhar, cuidar do lar e das crianças, investir em uma relação conjugal eram, segundo a sociedade, atribuições femininas. Essas colunas objetivavam construir um modelo de mulher moderna que, preocupada com o bem-estar do marido e dos filhos, se interessaria em conhecer as novas tendências que viriam a convergir com um lar harmonioso. Para as moças que aspiravam um futuro casamento, essas colunas eram tidas também como uma preparação para a vida conjugal. O fragmento a seguir exemplifica essa função, pois conclava as mulheres ao mundo doméstico, dizendo que:

Antes de comprar, pense o tipo de casa que prefere. Se você e seu futuro marido gostam muito de visitas, as cadeiras e mesas serão de grande importância. Se ambos são caseiros e gostam de passar o tempo ouvindo música, não poderão se esquecer de estante e de um divã bem cômodo. Também é necessário um perfeito entendimento para escolher um mobiliário completamente moderno, tradicional ou uma combinação dos dois.

Em seguida, vem a escolha das cores. Se seu noivo tem aversão por alguma cor, evite-a, mesmo que a prefira [...] (CONSELHOS PARA O LAR, *Jornal do Piauí*, 7 ago. 1955, p. 4).

As mulheres seriam as principais responsáveis pela harmonia conjugal, seus desejos, suas preferências deviam ocupar um segundo plano a partir do momento em que ficavam noiva, isso porque no casamento-modelo dos Anos Dourados³, “[...] o bem-estar do marido era tomado como ponto de referência para a medida da felicidade conjugal, a felicidade da esposa viria como conseqüência de um marido satisfeito [...]” (BASSANEZI, 2000, p. 627). O casamento era encarado como um momento de anulação dos desejos e da individualidade da mulher.

Dentro dessas fronteiras de gênero, os papéis de esposa, mãe e dona-de-casa foram naturalizados na sociedade e concebidos como marcas da feminilidade, resultados de uma construção histórica e social. Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994) explica que na demarcação de dois espaços, o público e o privado, diferenças biológicas entre homens e mulheres foram apropriadas pelo discurso social que, diante desse suporte biológico,

³ Entende-se por Anos Dourados o Brasil dos anos de 1950. Nesse período, o país assistiu a um intenso processo de industrialização e um acelerado crescimento urbano. Esses processos conduziram ao aumento das possibilidades profissionais e educacionais para homens e mulheres, além de ampliarem-se aos brasileiros as possibilidades de acesso à informação, lazer e consumo. A industrialização em particular refletiu no mundo doméstico com novas tecnologias e principalmente dando oportunidades a homens e mulheres de ocuparem o espaço público com a sua mão-de-obra. A urbanização estreitou os laços entre as pessoas, permitindo assim a mudança de costumes e práticas como o namoro. A década de 1950 também foi cenário da política presidencialista de Juscelino Kubitschek que ficou na presidência de 1956 a 1961. Seu governo passou para a história como uma fase desenvolvimentista de acelerado crescimento econômico.

procurou explicar e manter as diferenças sociais e profissionais. O espaço público foi se configurando como lugar privilegiado para o homem desempenhar seu papel de provedor econômico, restando à mulher o espaço privado, onde mediante o casamento e a maternidade seria construída a sua identidade.

Carla Bassanezi (2000) nos revela que na ideologia dos Anos Dourados era constante a tentativa de reafirmar o casamento e a maternidade como destino natural das mulheres, ou seja, ser mãe, esposa e dona-de-casa foram socialmente associados à uma ideia de “essência feminina”. De acordo com essa ideia, as mulheres que decidissem percorrer outros caminhos estariam indo contra a sua própria natureza e não alcançariam a verdadeira felicidade. Diante desse modelo de feminilidade, a menina deveria ser educada, ainda quando criança, para ser uma boa esposa, uma mãe carinhosa e uma dona-de-casa exemplar.

As prendas domésticas eram portanto essenciais no currículo de uma jovem que sonhava com um casamento-modelo, e na década de 1950 já não era mais exclusividade das mães repassarem às filhas os ofícios do lar, mas a própria sociedade se encarregava também dessa missão, criando escolas especializadas na formação doméstica das jovens, com direito a certificado de conclusão de curso. Em Teresina, a Escola Doméstica Roberto Simonsen, mantida pelo serviço social da indústria (SESI) e pelo SESC - Serviço Social do Comércio, funcionavam regularmente no nosso período de estudo (1950-1960) como escolas de formação doméstica, ao lado de outras instituições de ensino. As escolas domésticas ofereciam as suas alunas o curso de arte culinária, corte e costura, prendas domésticas, florista, confeitaria, economia doméstica, enfermagem caseira e outros cursos vinculados as atividades do lar. As solenidades de entrega de certificados aconteciam sob os auspícios da secretaria de educação e saúde e com a presença de autoridades locais. As solenidades eram precedidas por uma exposição de trabalhos dos cursos de florista, prendas domésticas e corte e costura. Este último se dava por meio de um desfile com crianças e jovens trajando roupas de diferentes modelos, confeccionadas pelas concludentes. (FORMAÇÃO DOMÉSTICA E PROFISSIONAL, *Diário Oficial*, Teresina, 19 mar. 1953, p. 2.).

O anúncio a seguir é de uma escola doméstica atuante em Teresina no ano de 1956:

Avenida José dos Santos, 540. Curso de: Arte Culinária, corte e costura, plissados, flores, pintura, trabalhos em gesso e barro, bonecos fantoches. Durante as férias estarão em pleno funcionamento todos os cursos acima mencionados, com início a 3 de dezembro próximo vindouro.

A tratar com Luízinha Ribeiro no mesmo endereço (ESCOLA DOMÉSTICA N. S. DE NAZARÉ, *O Dominical*, 21 out.1956, p. 1).

Os cursos oferecidos nas escolas domésticas estavam voltados para trabalhos manuais e “leves”, com um teor de sensibilidade. Além disso, é possível dizer, ou pelo menos imaginar, que o fato da Escola Doméstica N. S. de Nazaré oferecer os cursos no período de férias seria para atrair as jovens que naquele período estavam descansando das atividades escolares e também mães e senhoras, pois estando nas férias dos filhos e dos maridos, elas disponibilizariam de tempo para frequentar a escola doméstica, já que não teriam tantas ocupações-obrigações com o horário de saída e chegada do marido e dos filhos. Em todo caso, a finalidade desses cursos era preparar as mulheres para a administração do lar e, assim, legitimar o papel de dona-de-casa, já tão cristalizado na sociedade.

Para as noivas, a Singer Sewing Machine Company oferecia os cursos *singer* de corte e costura, bordados e decoração do lar. A empresa, em seus anúncios, se dirigia às noivas prometendo ensinar a fazer os trabalhos de costura com rapidez e perfeição, a decorar o lar com elegância e com o mínimo de despesa. Com os cursos, as noivas passariam a gastar menos com o enxoval e, ainda, teriam a oportunidade de prepararem-se para a vida do lar e aprender os rumos da economia doméstica. A empresa, com esse discurso, além de garantir rendimentos financeiros, reforçava o papel das mulheres como donas-de-casa, as responsáveis pela administração do lar e pelo cuidado com os filhos e o marido. Outros discursos apelavam para a nacionalidade, pois

O Brasil necessita de jovens bem formadas em todos os setores da atividade humana. A aprendizagem da economia doméstica, pericultura, higiene alimentar, corte e bordado, ministrada no Patronato Dom Barreto, são os alicerces de boa direção de um lar e formação integral de uma dona-de-casa (FORMAÇÃO DOMÉSTICA E PROFISSIONAL, *Diário Oficial*, 19 mar. 1953, p. 2).

O Patronato “Dom Barreto”, fundado em Teresina a 9 de julho de 1944, pertenceu, no período de suas atividades, ao Instituto das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. A instituição tinha por fim proporcionar à juventude feminina uma educação religiosa, moral, cívica, profissional e doméstica. O momento estava marcado pela participação das mulheres no mercado de trabalho, cabia então às instituições de ensino, a exemplo do Patronato “Dom Barreto”, direcionar a educação profissional e ao mesmo tempo enfatizar, com a educação doméstica, que as mulheres, apesar de estarem assumindo a identidade profissional, não poderiam esquecer das atividades destinadas a seu sexo,

ou seja, o exercício dos papéis tradicionalmente entendidos como femininos constituía nessa conjuntura a base para a formação da juventude feminina.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2003), discutindo a feminização da sociedade no período de 1920 a 1940, lembra que a educação das mulheres ganhou relevância nesses anos de República, já que a mulher estava ingressando no mercado de trabalho ocupando espaços antes reservados aos homens. A urbanização e a modernização industrial são apontadas pelo autor como processos que vinham contribuindo para alterar o papel da mulher na sociedade. Dessa forma, pessoas preocupadas com as mudanças disseminaram o discurso de conciliação entre as novas atividades com os papéis tradicionais das mulheres, propondo uma educação voltada para o serviço doméstico, reforçando com esse ensino o papel tradicional da mulher de dona-de-casa e mãe.

Os jornais tiveram um papel relevante na divulgação das escolas domésticas e dos papéis a serem assumidos pelas mulheres. Nas comunicações de aniversário, noivado e casamento as jovens teresinenses são adjetivadas de prendada, formosa, gentil, mimosa, graciosa, cativante. Esses adjetivos vêm demarcando alguns traços da feminilidade idealizada, visto que a mulher no interior do discurso social foi se constituindo como representante do sexo frágil, aquela que ocuparia por natureza o espaço da casa.

Nessas comunicações, foi possível observar não só a presença constante de adjetivos, mas também verificamos que o matrimônio e a maternidade figuravam, na década de 1950, carreiras por excelência de muitas jovens. Elizangela Barbosa Cardoso (2002) explica que nesse contexto, o casamento era visto como o destino natural das mulheres, uma carreira a ser seguida com total dedicação. Não fazia parte da ideologia daqueles anos as mulheres dividirem o papel de esposa com o papel de profissional. A comunicação abaixo exemplifica a divisão social nos papéis de gênero presente em Teresina nos anos cinquenta:

No dia 17 deste realizou-se, nesta cidade, o enlace matrimonial da formosa e prendada senhorita Maria da Conceição Freire Passos, dileta filha de nosso prestimoso amigo Polidoro Sá Viana Passos e sua esposa, d. Alzira Freire Passos, com o Sr. José Edgar Martins Nascimento, funcionário federal, residente em Parnahíba.

Foram padrinhos da cerimônia religiosa, o Sr. Valter Freire Passos e a senhorita Leda Lemos Martins, e do ato civil, o Dr. Valdir Gonçalves e esposa, o Sr. João Batista Carneiro e esposa e o Dês. Manoel Castelo Branco e esposa.

Aos recém-casados, enviamos os nossos sinceros votos de felicidades (CASAMENTO, *O Piauí*, 25 fev. 1950, p. 03).

Nesse comunicado de casamento, a noiva é apresentada por meio dos atributos de formosa e prendada, essas características nos remetem a afirmar que para exercer o papel de esposa e, conseqüentemente, está em consonância com o padrão de mulher nos anos cinquenta, era necessário que as moças cultivassem a sua feminilidade, primando por uma formação doméstica a fim de se tornarem excelentes esposas e donas-de-casa. Já o noivo é apresentado como o portador de uma profissão, a este não é exigido um conhecimento prático em relação às atividades do lar, mas o exercício de uma profissão. Na identidade masculina tradicional o homem é o responsável pelo sustento da família e o espaço público carrega a conotação de lugar privilegiado para a demonstração das prerrogativas masculinas. Portanto, se o casamento era a realização para uma mulher, por outro lado, representava para o homem o momento de desempenhar seu papel de arrimo familiar.

O casamento estreitava os laços entre homens e mulheres, representando igualmente, um momento de redefinição dos papéis femininos e masculinos na sociedade, momento este em que se configuravam os espaços de atuação de ambos os sexos. Segundo Guacira Lopes Louro (2000) o trabalho feminino seria aceito para as moças solteiras ou para as mulheres que ficassem solteironas e viúvas, não sendo comum trabalhar quando casadas. Assim, o trabalho da mulher fora da casa foi se construindo como uma ocupação transitória, na qual as mulheres deveriam abandonar seu emprego sempre que se impusessem os laços do matrimônio.

No discurso social, ser esposa e mãe era a missão de toda mulher e dentro dessa perspectiva, os espaços de atuação das mulheres eram bastante limitados, visto que

Uma carreira era praticamente inconcebível para a mulher nos anos 50 e início dos anos 60 e sua educação, percebida como um luxo, visava principalmente a criar mães melhores, companhia mais agradáveis para seus esposos e melhores companheiras para os maridos com carreiras. Embora algumas tenham ido à universidade, a carreira ou o curso universitário deveriam ser abandonados com o casamento (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 101).

As mulheres conviveram com o discurso social que afirma ser a mãe insubstituível na criação dos filhos e a esposa no sucesso do marido. Dessa forma, os laços matrimoniais implicavam para a mulher a renúncia do trabalho, tratava-se do discurso de incompatibilidade da vida profissional com o casamento e a maternidade. Esse discurso pode ser percebido na seguinte nota:

[...] o sexo frágil deixou o lar para ir às fábricas, as repartições públicas e aos escritórios. E entregou os filhos às empregadas, governantas, babás e tantos outros nomes que se dão a essas pessoas que, no final das contas - é sempre uma estranha que não pode cuidar de uma criança com o mesmo amor de mãe [...]

Os filhos [...] criam complexos que as mães não podem tirar por que estão mais tempos fora do lar e sem contacto com os filhos. Nos momentos psicológicos mais críticos da vida de uma criança só a mãe pode ajudar quando ela permanece em casa por que só os seus olhos descobrem esses instantes que o pai trabalhando não percebe e a empregada com o seu desinteresse, muito pior. Se a mãe não vive em casa, a criança fica entregue sozinha aos seus problemas íntimos (A MULHER E A EDUCAÇÃO DOS FILHOS, *Jornal do Comércio*, 24 fev. 1957, p.2).

Percebe-se nesse fragmento a ideia de que os filhos precisam da mãe em horário integral e que a participação das mulheres no mercado de trabalho causaria transtornos em sua educação, pois as empregadas não substituiriam as mães no carinho e cuidado com as crianças, o que significa dizer que as mulheres diante das responsabilidades com a casa e os filhos não teriam condições de trabalhar fora de casa.

Portanto a mulher deveria cumprir com a sua missão primordial de mãe, a sociedade esperava que ela dedicasse todo o seu tempo no cuidado com a casa, com o marido e principalmente com os filhos, que seriam os futuros cidadãos do país, restando ao homem o papel de provedor material.

De acordo com esse pensamento, as crianças mesmo sendo frutos de uma relação extraconjugal, do pecado e da leviandade feminina, mereciam receber o amor e carinho da mãe, pois pior do que conceber um filho em circunstâncias de pecado era rejeitar uma criança que acabou de vir ao mundo.

No dia 8 de março de 1959, o jornal *O Dia*, publicava um artigo em comemoração a extinção da “Roda”, a antiga Casa dos Expostos, que ficava situado na Rua Marquês de S. Vicente. A “Roda” era uma saída para as mães solteiras que temendo os preconceitos da família, os preconceitos sociais, deixavam seus filhos aos cuidados de pessoas estranhas, correndo o risco de nunca mais revê-los. A transformação da “Roda” em creche, administrada por religiosas atuava como um incentivo para que as mães solteiras enfrentassem a recriminação das suas famílias ou se afastassem do pecado, mantendo relações sexuais somente após o casamento, evitando dessa forma as gravidezes indesejadas, pois como é do nosso conhecimento, na concepção dos anos cinquenta as mulheres deveriam manter-se virgens até o dia do matrimônio.

Na visão de alguns críticos da sociedade, a “Roda” colaborava para a propagação de dois pecados. Primeiramente favorecia o desvio de conduta, pois a mulher sabendo que tinha como livrar-se de uma criança indesejada, sem precisar tirar a sua vida,

continuava a viver em pecado, mantendo relações sexuais com os seus namorados ou com homens casados. O Segundo e considerado mais degradante, era afastar a mulher de sua missão primordial na terra que era ser mãe, cuidar dos filhos com o amor e o carinho necessário para uma boa formação. Para esses críticos da “Roda”, a sua extinção representava um bem à humanidade, na medida em que os cuidados maternos eram insubstituíveis.

Essa divisão social dos papéis de gênero estava presente também no discurso da Igreja Católica. Mudanças vinham se processando na sociedade teresinense, onde se verificava cada vez mais a presença da mulher no mercado de trabalho e em outros casos um acelerado crescimento do número de mulheres no ensino superior com vista a uma profissionalização. Tais fatores fizeram com que a Igreja Católica elaborasse um discurso apontando qual era a verdadeira missão da mulher na sociedade. Esse discurso apontava:

[...] << Ao passo que o homem se apresenta como dono da vida, com o seu espírito de conquista, de aventura, de dominação, de egocentrismo, revela-se desde logo a mulher pelo seu espírito de servidora da vida. Servir a vida é o destino orgânico da mulher e o fundo da sua natureza moral... >>
Eis a mulher verdadeiramente feminina: aquela que é frágil mas tem o poder da graça e da beleza; que sofre pela maternidade mas triunfa perpetuando a vida; que, tornando-se cada vez mais feminina, contribui para tornar os homens cada vez mais varonis (A MULHER VERDADEIRAMENTE FEMININA, *O Dominical*, 12 fev. 1950, p. 4).

No discurso católico, a mulher verdadeiramente feminina era aquela que cumpre com suas funções maternas, que fica em casa preparando os alimentos para o marido que está na rua exercendo a sua função de provedor econômico, logo ela era a responsável não só pelo bem-estar dos seus familiares, mas pelo sucesso do marido na carreira. A mulher verdadeiramente feminina é frágil, assume a maternidade, o matrimônio e tem nos filhos e no marido o centro de suas atenções. Sendo assim, as mulheres que estivessem seguindo outras trajetórias, exercendo profissões e ocupando espaços até então definidos como sendo do homem, não poderiam ser verdadeiramente femininas, mas pelo contrário estariam se masculinizando.

De acordo com Pedro Vilarinho Castelo Branco (2006), a sociedade no século XX passava por um momento de transição, onde as relações patriarcais minavam em crise diante do processo de modernização e urbanização. O novo se apresentava ao universo feminino e indicava os caminhos de sua emancipação, tudo isso era desagregador para os valores sociais aceitáveis. A Igreja Católica preocupada com o comportamento

feminino tratou logo de apontar o recato e as virtudes cristãs como valores indiscutíveis para as mulheres de família. A publicação de artigos jornalísticos, crônicas e cartas pastorais tiveram por objetivo moldar os comportamentos femininos, indicando para as mulheres suas funções sociais de esposa e mãe e, ainda, afirmando o papel masculino de provedor material.

Com o advento da modernização surgiram mais opções de lazer, trabalho, modificando a vida das pessoas. Costumes antigos foram perdendo seu valor em meio a uma série de hábitos que se insurgiam com os rótulos de moderno. A mulher teresinense não ficou fora das tendências de modernidade e tal fato constituiu objeto de crítica por parte da Igreja Católica.

Ficar em casa seria bom para haver um lar digno desse nome, isto mas é pau! Então a mulher moderna emprega-se, precise um pouco, quase nada, ou nada mesmo. Ou então sai cada dia para cinemas, passeios, compras desnecessárias (agravando o preço das utilidades) ou para visitas.
[...]
E para começar, esqueceu que a mulher existe para a maternidade no lar cristão e que relegar tal fato com tudo que êle traz à vida, é tornar-se a mulher um ser sem significação, sem conteúdo, uma superfluidade que fora do seu destino, fora da vida humana natural, desce a todos os erros e males (ELAS..., *O Dominical*, 7 nov. 1954, p. 1).

A modernidade estava colocando em xeque os valores prescritos pela Igreja Católica no que se referia ao comportamento feminino. A mulher moderna já não concebia a maternidade e o casamento como únicos destinos. O cinema, as compras e o próprio trabalho remunerado eram partes integrantes do cotidiano da mulher moderna. A Igreja Católica não aceitou passivamente a essas novas ocupações, pois segundo ela, a mulher não queria mais ter filhos e assim renunciava a sua própria condição de mulher e que o lar vinha perdendo a sua função acolhedora.

No discurso católico, as mulheres não estavam seguindo com recato e zelo os princípios religiosos, mas vivendo uma vida de divertimentos e a disputar o espaço público com os homens. No que diz respeito ao trabalho podemos perceber pelo fragmento acima, que a rejeição ao trabalho da mulher deve-se ao fato de que muitas se inseriam no mercado de trabalho por satisfação pessoal e não por necessidade financeira e tal fato era uma ofensa para os católicos que defendiam o zelo pelo espírito e não pelo corpo. Por tudo isso, a Igreja Católica reduziu a mulher moderna a um ser insignificante, objetivando fazer com que ela assumisse exclusivamente as funções de mãe e dona-de-casa.

Conforme Pedro Vilarinho Castelo Branco (2006), os modelos femininos elaborados pela Igreja Católica eram também definidos pelas margens, pelo que não deviam ser e nesse caso é apontado pelos católicos uma relação de comportamentos considerados degradantes para as mulheres e que, portanto, na condição de seguidoras dos princípios católicos deveriam se afastar. Dentre tais comportamentos, destacavam-se as prostitutas, as vaidosas, as adúlteras, aquelas que não cumpriam com as suas funções maternas, bem como aquelas que exerciam as mesmas atividades que os homens. Todos esses comportamentos foram elaborados no discurso católico com vistas a não serem seguidos.

O feminismo⁴ foi uma outra questão problematizada pelos católicos. O movimento reivindicava a igualdade de direito entre homens e mulheres nos diferentes campos e por isso mesmo encontrou uma série resistências por parte dos católicos que defendiam uma nítida divisão social entre os papéis femininos e masculinos. A Igreja Católica na defesa dos seus interesses e preocupada com as novas posições que a mulher ocupava na sociedade, combateu veemente o movimento feminista.

Firmado este ponto de vista, examinemos outra face do problema: o trabalho feminino. Regra geral, ele é um mal, porque afasta a mulher do posto que naturalmente lhe compete na engrenagem social: a direção do lar. Não há organização perfeita onde não há divisão de trabalho e especialização de funções. E a função da mulher é precisamente aquela. Desempenhando ela as funções que competem ao homem, quem irá ocupar o seu lugar na direção do lar? Deixa-lo acéfalo? Entrega-lo a uma empregada bronca? Quem irá cuidar da educação dos filhos, enquanto a mãe está ausente? Uma creche ou uma escola maternal? Será que ambas tratam a criança com o desvelo materno? São perguntas que não podem ser respondidas satisfatoriamente.

Outro aspecto ainda: o feminismo integral leva as mulheres a concorrer em tudo com o homem, tomando muitas vezes o emprego de um chefe de família numerosa. [...] (O FEMINISMO, *O Dominical*, 18 set. 1955, p. 3).

O trabalho feminino representou no discurso católico um dos problemas gerados pelo feminismo. As mulheres influenciadas pelas ideias do movimento feminista se projetavam no cenário público, exerciam uma carreira profissional, dividiam os mesmos espaços que os homens e muitas vezes realizavam as mesmas tarefas, comportamentos que não se adequavam aos ensinamentos cristãos.

⁴ Céli Regina Jardim Pinto (2003) em uma discussão sobre a história do feminismo no Brasil, destaca que a primeira fase do feminismo, período que se estendeu da virada do século XIX para o século XX até 1932, teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, mediante a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras. Entretanto, a autora chama a atenção para as diferentes vertentes dessa fase, sugerindo que as mulheres não defendiam apenas o direito ao voto, mas falavam de emancipação e independência.

Católicos incomodados com as ideias do movimento feminista elaboraram um discurso divulgando os malefícios que causariam o trabalho feminino e o abandono do lar. Segundo esse discurso, o trabalho feminino desagregava a família, visto que as crianças cresceriam sem o afeto materno, sendo educadas por instituições ou pessoas estranhas, o que prejudicaria a formação dos futuros cidadãos do país e para haver o perfeito equilíbrio social fazia-se necessário à divisão social dos papéis entre os sexos. Além disso, o fato de as mulheres serem criticadas por concorrer com o chefe de família e tirar o seu emprego, significava dizer que as mulheres eram sustentadas pelos homens (pais ou maridos) podendo ficar sem trabalhar. O mesmo não podia acontecer com o homem que necessita trabalhar pela função social que exerce. Nesse sentido, não é pensado na possibilidade de uma mulher nos anos cinquenta sustentar os filhos e uma casa sozinha, permeando a ideia de que só existiam duas dimensões de dependência, ou a mulher é solteira dependendo financeiramente do pai, ou é casada dependendo financeiramente do marido. A Igreja não vislumbrava em suas pregações o papel da mulher de mantenedora da subsistência familiar.

Em outro aspecto, o trabalho feminino levaria a mulher a perder o recato, ingressando nos vícios da bebida, do fumo, correndo o risco de se masculinizar e ser rejeitada pelos homens e outras mulheres. Dessa forma, o trabalho feminino e outras conquistas do feminismo foram combatidos pela Igreja Católica que usou de todos os artifícios para conter o avanço feminino.

Nessa perspectiva, Riolando Azzi (1993) explica que a condição de instituição religiosa, marcadamente masculina, contribuiu para que a Igreja Católica impusesse sérias dificuldades no reconhecimento dos novos direitos solicitados pelo movimento feminista.

As transformações na sociedade foram, ao longo da história, motivo de controvérsias por parte dos católicos. A Igreja esteve atenta a todas as transformações, porém, assumindo uma postura conservadora, principalmente, quando o assunto aludia os novos comportamentos de homens e mulheres e as implicações desses comportamentos nas relações familiares.

Os católicos mais fervorosos criticavam ainda a emancipação feminina e, conseqüentemente, os espaços de atuação das mulheres na sociedade. Era necessário indicar o verdadeiro ofício criado por Deus e não faltaram referências a Virgens como exemplo de mulher cristã, tratava-se de defender a feminilidade, não a sua emancipação.

<<Considerar a suposta emancipação feminina dos nossos dias – continuou Mons. Mussio -, é o mesmo que assistir a nossa própria destruição, apreciada de camarote. [...].

[...]

O atrativo máximo da mulher - conclui o prelado – consiste em ser rainha de seu lar, dedicando-se com simplicidade, pureza e devotamento ao cuidado dos filhos e aos trabalhos da casa. É isto que Deus abençoa e aprova (OS ERROS DA EMANCIPAÇÃO FEMININA, *O Dominical*, 4 dez. 1955, p. 3.).

A Igreja Católica utilizou-se assim de todos os mecanismos de manutenção das identidades de esposa, mãe e dona-de-casa, o mundo doméstico figurou em seus discursos como verdadeiro universo feminino, pois a feminilidade deveria ser defendida a todo custo, em face dos novos anseios da mulher emancipada.

A história da mulher dentro da Igreja Católica, a sua intensa participação nos rituais e o papel de leitoras assíduas dos jornais e revistas católicas, tudo isso facilitou na divulgação do discurso católico. Os papéis sociais das mulheres eram reafirmados constantemente nas orações, como na oração da dona-de-casa, que passava uma mensagem de conformismo com as atividades do lar, como se os serviços realizados em casa fossem uma predestinação divina a que as mulheres aceitariam sem contestação, as atividades apesar de rotineiras deveriam ser concebidas pelas mulheres como gestos novos que as enobreciam. Nesta oração, a preocupação e a alegria dos outros seriam a maior virtude de uma dona-de-casa. O mesmo foi feito na oração da recém-esposada que visava preparar espiritualmente a mulher para a sua missão na sociedade que era a maternidade.

Contudo, embora a Igreja Católica atuasse tentando estabelecer o espaço privado como o lugar ideal para a realização feminina, não podemos generalizar a ponto de se afirmar que toda e qualquer participação da mulher no espaço público fosse motivo de crítica por parte dos católicos. A Igreja Católica tinha sim seus interesses bem definidos e estruturados, mas em virtude das novas possibilidades de trabalho abertas as mulheres, os católicos tiveram que encontrar uma válvula de escape, ou seja, um discurso que fosse condizente com o que tradicionalmente defendiam, mas, que, por outro lado, dessem margem as novas exigências do momento.

Nesse sentido, a Igreja Católica em regra geral continuou a defender a divisão social entre papéis femininos e masculinos, a combater ativamente os novos comportamentos de mulheres na esfera pública e principalmente os tipos de trabalho que colocavam em xeque o papel de esposa, mãe e dona-de-casa. Porém, o que a Igreja renovou em seu discurso foi admitir no currículo feminino, profissões como o magistério

primário, enfermagem, odontologia e a medicina especializada no tratamento de mulheres. Tais profissões foram vistas como atividades tipicamente femininas, que não comprometiam os papéis tradicionalmente associados às mulheres e por esse motivo foram aprovadas e abençoadas pela Igreja.

Portanto, o que podemos inferir nessa discussão é que a Igreja Católica era contrária a profissões que afastassem mulheres dos papéis tradicionais, que as levassem a competir com os homens e a masculinizasse e, ainda, o trabalho feminino só era bem vindo quando fossem frutos de uma necessidade financeira, não de uma satisfação pessoal, estando é claro dentro das profissões que a Igreja aprovava.

Assim, a década de 1950, em Teresina, foi palco dos discursos masculinos, da Igreja, dos empresários, que buscaram ativamente encaminhar as mulheres para o espaço privado, visto que elas estavam nesses anos ultrapassando os limiares da casa e vivenciando a realidade da rua, ocupando por ocasião da modernização, urbanização, industrialização e medidas governamentais, um espaço no mercado de trabalho.

Contudo, a recorrência desses discursos não impediu que determinadas mulheres assumissem em suas vidas a identidade profissional, o que viabilizou em suas trajetórias transitarem entre o espaço público e o privado. Tal comportamento evidencia que apesar de ser ainda muito presente na década de 1950 a concepção de que as moças deveriam ser preparadas para tornarem-se boas donas-de-casa dedicando-se exclusivamente ao esposo e os filhos, havia aquelas que transgrediam as normas sociais de seu tempo, quebrando algumas regras e descortinando identidades como a identidade profissional.

As mulheres diante das estratégias discursivas buscaram apropriar-se de diversas táticas visando transitar por diferentes espaços na sociedade. Para explicar as práticas sociais, Michel de Certeau (1998) faz a distinção entre estratégias e táticas. O autor chama de estratégia o mecanismo utilizado pelos sujeitos que estão no poder com a finalidade de manipular e gerir as relações sociais. Já a tática é uma ação calculada que é determinada em função do outro e das condições que são impostas, caracterizando-se como a arte do fraco. A estratégia é organizada pelo postulado de um poder e visa produzir e impor lugares, ao passo que a tática é determinada pela ausência de poder e tem a função de alterar esses lugares. Certeau compreende determinadas práticas sociais como resultado das relações de forças.

Enfim, mesmo vivendo em um contexto de discursos que afirmava ser o matrimônio e a maternidade como únicos destinos da mulher, o que observamos com a pesquisa foi que muitas mulheres utilizaram de táticas para ocuparem o espaço público

como local de trabalho e lazer, sem, contudo, abandonar os papéis tradicionalmente estabelecidos como femininos que já estavam enraizados na sociedade e eram constantemente reafirmados pelas estratégias discursivas.

Referências

- AZZI, R. *Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930 – 1964)*. In: MARCÍLIO, M. L. (Org.). **Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil**. [s.ed.]. São Paulo: Loyola, 1993. p. 101-134.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino**: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.
- BASSANEZI, C. *Mulheres dos Anos Dourados*. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 607-639.
- CASTELO BRANCO, P. V. *A Igreja Católica e a redefinição das relações familiares e das identidades de gênero no alvorecer do século XX*. In: NASCIMENTO, F. A. do; VAINFAS, R. (Orgs.). **História e Historiografia**. Recife: Edições Bagaço, 2006. p. 361-384.
- CARDOSO, E. B. *Desejos ambíguos: imagens, práticas e investimentos do desejo feminino nos anos 1950 e 1960 em Teresina*. **Scientia et Spes: revista do Instituto Camilo Filho**, v. 1, n. 2, Teresina: ICF, p. 93-125, 2002.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DIÁRIO OFICIAL. *Estatutos do Patronato “Dom Barreto”*. **Diário Oficial**. Teresina, p. 2 e 3, 19 mar. 1953.
- DIÁRIO OFICIAL. *Formação doméstica e profissional*. *Diário Oficial*. Teresina, p. 2, 19 mar. 1953.
- FOLHA DA MANHÃ. *Cursos do SESC*. **Folha da Manhã**. Teresina, p.5, 18 jan. 1959.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *A mulher e a educação dos filhos*. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 2, 24 fev. 1957.
- JORNAL DO PAUÍ. *Noivado*. **Jornal do Piauí**. Teresina, p. 2, 14 mai. 1953.
- _____. *Conselhos para o lar*. **Jornal do Piauí**. Teresina, p. 4, 7 ago. 1955.
- _____. *Página feminina: no mundo da moda*. **Jornal do Piauí**. Teresina, p. 7, 23 out. 1955.
- LOURO, G. L. *Mulheres na sala de aula*. In: PRIORE, M. D. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 443-481.
- O DIA. *Cursos domésticos*. **O Dia**. Teresina, ano VI, n. 419, p. 1, 23 dez. 1956.

_____. *Casamento*. **O Dia**. Teresina, ano VIII, n. 556, p. 1, 20 abr. 1958.

O DOMINICAL. *A mulher verdadeiramente feminina*. **O Dominical**. Teresina, p. 4, 12 fev. 1950.

_____. *Elas*. **O Dominical**. Teresina, ano XVIII, n. 44, p. 1, 7 nov. 1954.

_____. *Os erros da emancipação feminina*. **O Dominical**. Teresina, p. 3, 4 dez. 1955.

_____. *Escola doméstica N. S. de Nazaré*. **O Dominical**. Teresina, ano XX, n. 43, p.1, 21 out.1956.

O PIAUÍ. *Está noiva?* **O Piauí**. Teresina, p. 2, 26 jul. 1952.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. [s.ed.]. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROCHA-COUTINHO, M. L. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. [s.ed.]. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Carla Daniela Alves Rodrigues

É Professora da SEDUC-PI. Mestre em História do Brasil – UFPI. Especialista em Educação à Distância-UESPI. Graduada em História-UESPI.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/8500188407293995>

Artigo recebido em: 02 de Outubro de 2021.

Artigo aprovado em: 11 de Dezembro de 2021.